

Problema da “viagem” das ideias econômicas entre contextos distintos e os diversos níveis da linguagem do discurso econômico*

Problem of the “Travel” of Economic Ideas Between Distinct Contexts and the Different Levels of the Language of Economic Discourse

Cícero Lourenço da Silva e Emmanoel de Oliveira Boff**

Resumo: O artigo objetiva fazer uma atualização do programa de pesquisa da Indeterminação de Senior (Silveira, 1999) pela via da epistemologia histórica e da Teoria Ator-Rede (TAR). Essa proposta de atualização visa dar conta de um problema metodológico que envolve a “viagem” das ideias econômicas entre contextos distintos. Usualmente, essa “viagem” é entendida como processo de difusão de teorias e ideias, como nos modelos de Spengler (1970) e Mäki (1996). Apontamos que a abordagem da difusão das ideias econômicas é limitada devido à natureza dos objetos socioeconômicos e à heterogeneidade do discurso econômico. Por fim, fazemos um sobrevoo sobre a abordagem da tradução das ideias, mostrando como redes de saber-poder demandam que conceitos econômicos sejam estudados de um ponto de vista retórico e que sejam traduzidos antes de serem difundidos. Concluímos apresentando quatro motivos por que a abordagem da tradução pode auxiliar na compreensão de como se dá a “viagem” das ideias econômicas.

Palavras-chave: Tradução das ideias econômicas. Indeterminação de Senior. Teoria ator-rede.

Abstract: The article aims to actualize the Senior indetermination research program (Silveira 1999) by means of historical epistemology and Actor-Network Theory (ANT). This proposal intends to deal with a methodological problem which involves the “travel” of economic ideas in different contexts. Usually this “trip” is understood as a process of diffusion of theories and ideas, as in the models of Spengler (1970)

* Submissão: 02/12/2022 | Aprovação: 27/08/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.934

** Respectivamente: (1) Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil | ORCID: 0000-0003-4331-8337 | E-mail: ciceralourenco@id.uff.br | (2) Professor do Curso de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil | ORCID: 0009-0006-6835-339X | E-mail: emmanoelb@id.uff.br



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial
4.0 Internacional

and Mäi (1996). We show that the diffusion approach is limited due to the nature of socio economic objects and to the heterogeneity of economic discourse. Finally, we present an overview of the translation of ideas approach, showing how power-knowledge networks demand that economic concepts be studied from a rhetorical point of view and that ideas be translated before diffusion. We conclude presenting four reasons by which the translation approach can help understanding how the “travel” of economic ideas actually happens.

Keywords: Translation of economic ideas. Senior Indetermination. Actor-Network theory.

JEL: B41. B59.

Introdução

Como podemos compatibilizar a pretensão universal de conceitos presentes em teorias sociais e econômicas com as realidades concretas locais que eles pretendem descrever e/ou explicar? Em que medida os contextos locais – principalmente periféricos – funcionam como um limite à aplicabilidade de tais conceitos?

Questões assemelhadas a essas costumam frequentar os debates metodológicos desde o início do século XIX.¹ Contudo, foi a “viagem” das teorias elaboradas na Grã-Bretanha em sua discussão com o pensamento historicista (em especial na Alemanha a partir de List e Roscher) que transformou o debate em uma “Batalha dos Métodos” (1883–1884).

De fato, tal debate gerou em fins do século XIX e início do século XX uma série de propostas que almejavam superar o fosso entre as ambições universalistas da ciência e as particularidades que caracterizam os agrupamentos humanos na história. Essas propostas podem ser encontradas nos primeiros marginalistas e também em Weber.² Embora tais discussões tenham ficado em segundo plano com a mudança do centro de produção do pensamento econômico da Europa para os Estados Unidos nos anos 1940, a sensibilidade para a problemática de unir a universalidade dos conceitos da ciência a contextos locais periféricos esteve presente no pensamento da CEPAL (Prebisch, 1949) e em especial no pensamento econômico e social desenvolvido no Brasil.³

Um tratamento metodológico dessa questão foi desenvolvido no programa de pesquisa da Indeterminação⁴ de Senior nos anos 1990 por Silveira (1993a, 1993b, 1994, 1999). Esse programa de pesquisa procura compatibilizar uma *teoria pura* da economia (de linguagem usualmente matemática, formal e universal) com uma *economia aplicada* (que envolve ciências afins, mas distintas da economia e uma linguagem dialógica, no sentido de Georgescu-Roegen) e ainda com uma *arte da economia* (que atenta também para as especificidades

¹ Da troca de cartas entre Ricardo e Malthus, entre 1811 e 1823, seguiram-se, na tradição inglesa, as contribuições de McCulloch (1824), J. S. Mill (1836 e 1843) e Nassau Senior (1850).

² Em Jevons temos a proposta de divisão que engloba tanto a ciência pura quanto a aplicação prática em cinco subáreas; em Menger e Walras temos propostas na mesma linha, mas a subdivisão é em apenas três áreas, o mesmo ocorrendo com Weber.

³ Ver Boianovsky (2015) sobre Furtado; também Rangel (1959), Ramos (1960), Pinto (1961).

⁴ O termo indeterminação refere-se à falta de clareza existente do ponto de passagem obrigatório que os conceitos socioeconômicos realizam entre a teoria pura da economia, a economia aplicada e a arte da economia, para não incorrer no “Vício Ricardiano”.

locais via estudo da história econômica e para o caráter retórico – ou “advocatório” – do discurso econômico).

Este trabalho se insere nessa linhagem de pensamento metodológico que problematiza a relação entre a suposta aplicabilidade universal almejada pelos conceitos das ciências socioeconômicas e as especificidades locais – principalmente periféricas, como sublinhado – em que eles são aplicados. Mais precisamente, pretende-se verificar se é possível uma atualização do programa de pesquisa da indeterminação de Senior, avaliando em que medida a proposta de Silveira pode render frutos hoje. Como forma de realizar essa verificação e avaliação, faremos uma análise metodológica sobre a “viagem” que conceitos socioeconômicos fazem no tempo e no espaço, entre épocas e lugares distintos. De que forma conceitos podem se alterar durante essa “viagem”? Seriam eles *difundidos* em diversos graus por realidades distintas daquelas onde foram produzidos ou seriam eles *traduzidos*, de forma a alterar seu próprio significado e seu estatuto científico durante a “viagem”?

Para explorar essas questões, dividimos o trabalho em três partes centrais, além desta introdução e das notas conclusivas. A primeira parte central esclarece em que consiste o programa da indeterminação de Senior e apresenta como a questão da difusão das ideias econômicas tem sido tratada em economia, podendo se relacionar a ele. A segunda parte apresenta a abordagem da difusão das ideias econômicas, apontando para seus limites nas análises de Spengler (1970) e Mäki (1996). Por fim, a última parte central faz um sobrevoo dos principais temas e conceitos da abordagem da tradução, passando pelas contribuições da epistemologia histórica e da teoria ator-rede (TAR) de Latour e Callon.

1. A indeterminação de Senior e o estudo da difusão das ideias socioeconômicas

Como indicado na introdução, o programa de pesquisa da indeterminação de Senior faz parte de uma longa linhagem de pensamento metodológico em economia que visava evitar o que Schumpeter (1954) denominava “vício ricardiano” – “o hábito de empilhar uma carga pesada de conclusões práticas sobre uma fundação tênue, que não se lhe iguala, mas que parece, em sua simplicidade, não apenas atrativa, mas convincente” (Schumpeter, 1954 apud Silveira 1999).

A definição do “vício” coloca em relevo alguns pontos de interesse para

nosso argumento a respeito da “viagem” das ideias econômicas. Em primeiro lugar, trata-se de um “hábito”, o que sugere um padrão ou forma típica de pensamento. Em segundo lugar, distingue-se entre a “fundação”, caracterizada por “simplicidade”, atratividade e capacidade de convencimento e a “carga pesada de conclusões práticas”. Essa distinção aponta, em terceiro e último lugar, para um descompasso entre a “fundação” e a “carga pesada de conclusões práticas” que dela se poderia, em princípio, extrair.

Qual a contribuição de Silveira ao problema do “vício”? Segundo o próprio, foi sair da dicotomia entre ciência e arte para uma tricotomia: a ciência se subdividiria em duas áreas (ciência pura e aplicada), somadas à arte. Embora o pioneirismo de tal avanço possa ser contestado – afinal, os primeiros marginalistas também adotavam uma divisão da economia em até cinco disciplinas (como em Jevons) – a versão elaborada por Silveira carrega a inovação da Indeterminação de Senior, assim definida:

As proposições da economia pura, não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia social positiva entrelaça teorias econômicas puras e todas as ciências sociais, mas com relevância variável. Conclusões normativas sob a forma do que não pode ser feito são deriváveis de proposições da economia social, mas são ainda qualificáveis pelas especificidades de cada caso. (Silveira, 1999, p. 2)

A Indeterminação de Senior pretende alertar para o perigo do “vício ricardiano”, detalhando como se dá a relação entre a “carga pesada de conclusões práticas” e a “fundação” que pode sustentá-las. De acordo com o trecho anterior, depreendemos que as proposições da teoria pura não servem como “fundação” para “conclusões normativas” ou mesmo para nos informar sobre como agir na prática. No entanto, sugere Silveira, tais proposições não podem ser ignoradas. Para que atinjamos alguma conclusão normativa, ainda que de forma privativa (na forma do que “não pode ser feito”), precisamos entrelaçar as proposições da teoria pura com as de todas as ciências sociais – mas com “relevância variável”. Já para conclusões normativas acerca do que *deve ser* feito, devemos afinar ainda mais nossa pesquisa para as “especificidades de cada caso” – que o estudo da história e dos contextos locais nos fornece. Podemos finalmente acrescentar que, para implementar na prática e localmente nossas conclusões normativas, devemos ter conhecimento dos obstáculos existentes e do funcionamento efetivo das organizações capazes de implementá-las.

Ou seja, da “fundação” teórica até a “carga pesada de conclusões práticas” Silveira nos mune com os contornos de um programa de pesquisa frutífero, mas não totalmente desenvolvido. Por isso mencionamos apenas “contornos”, já que não descobrimos detalhamentos de como se dá o entrelaçamento “em graus variados” da economia pura com “todas as ciências sociais” – Silveira apela, para especificar tal entrelaçamento, ao que Schumpeter denominou “toque de sabedoria” ou “*esprit de finesse*” (Silveira, 1995), remanescente também do “senso comum treinado” (de Marshall) ou ainda do “bom senso nacional” (de Rangel). Também não encontramos detalhamento de como qualificar nossa nova “fundação” (agora com contribuição de todas as ciências sociais) para que ela dê conta das “especificidades de cada caso”. Por fim, a implementação prática das nossas “conclusões normativas” também não é exemplificada.⁵

Em seus últimos trabalhos, Silveira (1999) parecia estar ciente dessas lacunas ao sugerir a aplicação do programa da Indeterminação de Senior não somente à história do pensamento econômico, mas também à análise comparativa das economias pura e social, à filosofia da ciência (e da economia em particular), à análise das revoluções científicas na economia, ao estudo da ciência econômica como parte de uma tecnocracia⁶ e à análise da formação do economista.

Apesar das lacunas indicadas acima, a proposta de Silveira parece presciente em grande medida nos dias de hoje. A história recente do pensamento econômico tem mostrado como, desde os anos 1970, a “economia aplicada” e os estudos empíricos ganharam importância em face da teoria (Backhouse; Cherrier 2017; Angrist *et al.*, 2017) e como as ciências da engenharia e da economia têm se entrelaçado (Duarte; Giraud 2020). Tal história recente aponta para o fato de que o discurso econômico opera, efetivamente, em uma tricotomia, como sugere Silveira. Os níveis dessa tricotomia, por sua vez, segundo os trabalhos citados, não são rigidamente separados – algo que Silveira já apontara com sua observação sobre o “entrelaçamento” da economia a outras ciências no campo aplicado. Dessa forma, buscamos com este trabalho

⁵ A FGV-RJ publicou em 1993 e 1994 vários estudos sobre a “Indeterminação de Senior”. No entanto, tais estudos aplicavam a Indeterminação de Senior à HPE, como o próprio Silveira realizou com relação a Buchanan, Wagner, Schmoller e outros.

⁶ A ideia da economia como tecnocracia – a “econocracia” – pode ser encontrada em Self (1975) e mais recentemente em Earle *et al.* (2016) e Davis (2017). A área das ciências sociais da quantificação, inspiradas no trabalho pioneiro de Desroisières (1998) também tangencia a questão da relação entre quantificação, ciência econômica e o *policy-making*.

sugerir uma metodologia para investigar como ocorre o processo de transnacionalização de teorias econômicas alegadamente universalizáveis (Fourcade, 2006). Em outros termos, trata-se de compreender como “hábitos” na forma de rotina de pesquisa dos economistas teóricos muitas vezes devem ser adaptados às realidades nacionais para que sejam convincentes e para que o “vício ricardiano” seja minimizado. Para que a “viagem das ideias” seja bem-sucedida, não basta, portanto, termos uma teoria econômica formal e universalizável como fundação: é também necessária uma metodologia para explicar como a teoria é incorporada, modificada e recebe contribuições de outras áreas em certos contextos e instituições específicas (Cardoso, 2017). Somente então pode-se extrair “conclusões práticas” que não sejam “pesadas” demais diante da fundação que se utiliza. É a metodologia da tradução de ideias – mais que a de sua difusão – que pretendemos introduzir e defender nas próximas seções para avançar o programa da Indeterminação de Senior. Mas antes precisamos entender por que e em que condições o conceito de tradução seria mais adequado que o de difusão para entender o modo como ideias econômicas viajam.

2. A viagem das ideias como difusão em um modelo de comunicação linear

A disseminação de práticas científicas de países centrais para periféricos no pós-guerra colocou em relevo a necessidade de se investigar o processo e os obstáculos que dificultam a plena transmissão da ciência realizada nos países centrais aos periféricos (Basalla, 1967). Desde os anos 1950, tal processo também preocupou economistas. Especificamente, os trabalhos de Stigler (1983), Colander e Coats (1989), Mäki (1996) e Cardoso (2009; 2017) procuram embasar metodologicamente a investigação sobre a “viagem” das ideias econômicas”.⁷

Não vamos nos ater especificamente aos modelos de difusão por contágio e de mercado da ciência econômica – um resumo crítico desses tipos de difusão pode ser achado em Cruz e Silva (2016). Vamos antes nos concentrar em um aspecto que, em nossa visão, não foi suficientemente elaborado nos modelos de difusão informacionais como os de Spengler (1970) e Mäki

⁷ Focamos especificamente nesses trabalhos por sua preocupação em fornecer um arcabouço metodológico para a compreensão da “viagem” das ideias. Nosso objetivo é contribuir com o já grande número de estudos de caso que envolvem em diferentes graus o estudo da transmissão de ideias em contextos distintos, como apresentaremos na próxima seção.

(1996). Esse aspecto diz respeito aos condicionantes do processo linear em que teorias econômicas passam do contexto sócio-histórico em que foram gestadas para outros em que serão difundidas e aplicadas. O que os modelos de Spengler e de Mäki pressupõem como forma geral de difusão das ideias econômicas é um esquema linear em que:

1. há uma fonte de produção das teorias e ideias econômicas;
2. há um “meio” ou um sistema de “portos de exportação e importação” de teorias e ideias com mecanismos de transmissão das mesmas;
3. há possibilidades de modificação no conteúdo ou forma das ideias e teorias; ou ainda interferência de ruído sobre a ideia ou teoria transmitida; e, por fim,
4. há uma fonte.

Ora, os modelos propostos podem ser entendidos como uma das variações do modelo matemático original de comunicação linear de Shannon e Weaver (1949). Neste trabalho, gostaríamos de investigar os limites desse modelo linear de comunicação especificamente para o caso das “viagens” que o discurso econômico faz entre contextos socioculturais distintos. Para iniciar essa investigação, precisamos colocar duas questões: primeiro, em que medida o discurso econômico pode ser reduzido a informações na forma de “ideias” ou “teorias”. Depois, precisamos também verificar em que medida os objetos socioeconômicos dependem do contexto social e histórico em que surgem. A primeira questão é importante para sabermos em que medida a “viagem” do discurso econômico pode ser metodologicamente embasada por meio de um modelo de difusão como os sugeridos por Spengler e Mäki. Por sua vez, a segunda questão é importante para sabermos em que medida os objetos sociais presentes em um contexto se modificam em outro contexto (demandando, portanto, uma qualificação, limitação ou até mesmo descarte das teorias que tratam deles).

2.1 Limites do discurso econômico como composto de “ideias” e “teorias”

Vamos ao primeiro ponto: pode o problema da transposição de ideias e teorias entre contextos distintos ser reduzido à difusão de ideias e teorias, como sugerem Spengler e Mäki? Vemos dois problemas com essa redução: o primeiro problema, como colocará Stapleford (2017), é que a difusão não é exatamente de algo como ideias ou pensamentos, mas *textos* heterogêneos

que circulam por diferentes contextos. Essa constatação já sinaliza uma dificuldade do modelo linear acima: em vez de apenas uma linha de transmissão de ideias entre uma fonte e um receptor, temos na prática concreta da produção, circulação e consumo de textos um entrecruzamento de vários emissores, receptores e canais de transmissão com níveis distintos de ruído. O problema torna-se então como abstrair dessa complexidade de textos modelos de transmissão de “ideias” e “teorias” entre diferentes contextos.

Seguindo Mäki, seria possível reduzir o objeto da investigação historiográfica para a elite intelectual (*intellectual peak*) da sociedade, de forma que se reduzissem os textos estudados àquilo que Silveira chamaria teoria pura. Certamente isso é possível, mas o programa da Indeterminação de Senior nos ensina que há limitações para essa estratégia: tanto o discurso econômico é tricotômico e entrelaçado com outras áreas (de modo que a separação entre teoria pura, aplicada e arte é relativa), quanto as próprias elites intelectuais que compõem o *mainstream* da economia mudam no espaço e no tempo (Dequech, 2018). Essas limitações aumentam a possibilidade de ruído e dificuldades de transmissão de textos de um lugar a outro.

Um segundo problema diz respeito ao “vício ricardiano”. Se por acaso confinamos nosso interesse à difusão de teorias econômicas puras, corremos dois riscos: um, de não entendermos como aquela teoria pura é mediada por outros discursos (econômicos ou não) até ser aplicada na prática; outro, de achar que podemos aplicá-la em contextos distintos sem maiores problemas por sua suposta universalidade.

Desse modo, identificamos primeiramente duas limitações nos modelos lineares de difusão de ideias econômicas: primeiramente, eles são mais facilmente aplicados a textos produzidos segundo um cânone estabelecido e associado a uma área de pesquisa institucionalmente definida. Em segundo lugar, essa área de pesquisa é composta por grupos que possuem um *background* sociocultural similar, o que facilita a transmissão de seu conteúdo com menor ruído.

2.2 A natureza dos objetos socioeconômicos

Em que medida os objetos estudados pelas ciências econômicas são similares àqueles das ciências naturais e em que medida essa semelhança afeta o conhecimento a que o economista aspira? No campo da economia, a contribuição de Searle (1995; 1998; 2010) e Lawson (1997; 2012) apontam, ainda que com ênfases distintas, para a importância do contexto sócio-histó-

rico na própria constituição dos objetos sociais. Como veremos na próxima seção, a natureza dos objetos sociais aponta para a necessidade do estudo da retórica e das relações de poder.

Iniciemos com Searle. Em Searle, a realidade social é construída a partir de representações coletivas que possuem a mesma estrutura de atos de fala. Estes, por seu turno, são dependentes da linguagem humana. Mais detalhadamente, Searle apresenta a forma lógica da realidade institucional humana segundo a fórmula “*X conta como Y no contexto C*”. Nesta fórmula *X* é um “fato bruto” natural – por exemplo, um papel retangular com cores e marcas – que pode representar um meio de troca, unidade de conta ou reserva de valor *Y* (que socialmente denominamos “dinheiro”). No entanto, tal representação coletiva não é imediatamente universal: ela é limitada no espaço e no tempo pelo contexto *C* (uma região em um dado tempo em que a coletividade representa para si certos pedaços retangulares de papel como dinheiro).

Em outros termos, se objetos sociais *Y* dependem de representações coletivas que são contextuais, o problema apresentado na introdução deste artigo, de unirmos o desiderato de universalidade da ciência com as especificidades locais é relevante. Dessa forma, em um nível não puramente lógico (como apresenta Searle), resta perguntar como é mantida, reproduzida e eventualmente ampliada a outros contextos específicos *C* a identidade de objetos sociais *Y* (em especial, quando eles porventura viajam entre contextos distintos).

Em seu longo artigo de 2012, Lawson se propõe a ir além do modelo lógico de Searle para explicar a insuficiência das representações coletivas na constituição dos objetos sociais. Essa insuficiência ocorre porque os fatos institucionais *Y* dependem crucialmente para serem mantidos e reproduzidos de relações sociais hierárquicas de poder que criam direitos e deveres para os membros de certa coletividade em dado contexto *C*. Esses direitos e deveres funcionam, respectivamente, como expansões e restrições às preferências individuais dentro da coletividade em questão.⁸ Lawson, entretanto, enfatiza os mecanismos causais emergentes através dos quais o posicionamento social (*social positioning*) surge, mantém e reproduz certa estrutura social hierárquica baseada em regras e rotinas de comportamento. Também para Lawson tal estrutura hierárquica sempre se refere a dado contexto *C* (ele o denomina “comunidade relevante”).

⁸ De fato, é Searle quem reconhece centralmente a questão do poder já no capítulo 7 de seu livro de 2010.

Não nos cabe aprofundar neste trabalho o debate entre Searle e Lawson, mas apresentar duas características dos objetos socioeconômicos que impactam nosso argumento com relação à “viagem” das ideias econômicas e o programa da Indeterminação de Senior. A primeira característica é que objetos socioeconômicos (“PIB”, “taxa de desemprego” etc.) vão depender de relações sociais hierárquicas de poder que, por sua vez, vão embasar representações coletivas em dado contexto *C*. Isso significa que, a depender da estrutura de poder presente em diferentes contextos *C*, um objeto social *Y* como o “PIB” pode perder ou ter sua identidade substancialmente modificada ao “viajar” entre contextos distintos (Deane, 1948; Coyle, 2014).

A segunda característica é que o conhecimento sobre tais objetos deverá ser mediado por um discurso econômico que englobe o grau de universalidade dos conceitos teóricos (a “fundação” mencionada na seção anterior) e suas “conclusões práticas” em contextos específicos. Isso significa que a preocupação dos economistas de fins do século XIX e de Silveira de dividir o discurso econômico em diversos níveis de universalidade é plenamente justificada diante da ontologia social de Searle e Lawson. Por fim, cabe observar que os conceitos teóricos podem ter caráter performativo e persuasivo (“advocatio” na linguagem de Silveira): eles podem reforçar, enfraquecer, expandir ou diminuir a abrangência de crenças e representações coletivas acerca da identidade de certos objetos sociais *Y* em diferentes contextos *C*. Devido a esse caráter persuasivo e performativo os conceitos teóricos estão também relacionados à retórica e ao poder.

Está na natureza dos objetos sociais, portanto, a segunda limitação dos modelos lineares de difusão das ideias e teorias econômicas. Por esse motivo, é duvidoso que ideias e conceitos em economia simplesmente sejam difundidos: o que podemos verificar através dos textos é um processo complexo de filtragem, modificação e acoplamento de tais ideias e conceitos a outras ideias e conceitos em realidades distintas daquelas em que foram elaboradas. Ou ainda, mais que difundidos isomorficamente de uma fonte para um alvo, ideias e conceitos supostamente universais (vindos da economia pura e social) devem ser modificados e adaptados às realidades locais onde são implantadas (pelas artes da economia). Podemos começar a entender o processo de tradução como este processo em que ideias e teorias que almejam a universalidade são mais que difundidas, pois são em parte alteradas para que possam entrar e ser utilizadas em outros contextos.

Seguindo Silveira (1999, p. 3), podemos evitar o “hábito de empilhar

conclusões práticas em fundação tênue” prestando atenção aos próprios hábitos e rotinas presentes na construção de cada nível do discurso econômico (puro, social, arte da economia) por diferentes grupos de pesquisadores. Por outro lado, também devemos atentar a como certo discurso teórico pode se modificar e ter sua pretensão à universalidade confirmada ou rejeitada ao se confrontar com a arte da economia em contextos específicos. Assim, podemos aprofundar a abordagem sugerida em Almeida, Angeli e Pontes (2017) – que aponta para os aspectos institucionais da formação das teorias econômicas – para um contexto social e teórico mais amplo. Acreditamos que a epistemologia histórica de inspiração foucaultiana pode auxiliar a entender como certos objetos econômicos – sejam eles macro ou microeconômicos – podem ser “montados” e “desmontados” no tempo em dispositivos de saber-poder. Procuraremos fornecer um arcabouço de análise que nos mostre como certos objetos socioeconômicos são constituídos e ganham consistência em uma rede que garante sua veridicção em práticas epistemológicas e na aplicação concreta em políticas econômicas. Vamos, então, introduzir essa epistemologia histórica e no final do trabalho mostrar como ela pode fazer conceitos “viajarem” e serem aplicados em contextos distintos de onde foram criados.

3. A “viagem” das ideias econômicas e dos objetos teóricos: a importância da tradução

3.1 Complementaridade entre a epistemologia histórica e o programa da Indeterminação de Senior

Até agora, nosso trabalho foi basicamente descritivo e crítico. Foi descritivo por mostrar como o programa da Indeterminação de Senior ajuda a enxergar a produção de discursos econômicos além da esfera da teoria pura, rumo à teoria aplicada e à arte da economia. Por outro lado, foi também crítico no sentido de apontar os limites de abordagens como as de Mäki e Spengler, que pressupõem que as ideias e teorias econômicas são basicamente difundidas. Note-se, todavia, que não propusemos um descarte do conceito de difusão – até porque uma leitura cuidadosa dos artigos de Mäki e Spengler mostra que eles estão cientes dos condicionantes sócio-históricos dos seus modelos. Nosso ponto, nesta seção, portanto, é apresentar detalhadamente uma abordagem metodológica que poderia ir *além* de tais condicionantes, dando conta da estrutura tricotômica dos discursos econômicos, como sugere Silveira.

Nesse sentido, o campo das práticas epistemológicas,⁹ presente nas abordagens de tradição francesa (com em Foucault, Canguilhem, Bachelard), propõe uma alteração na forma tradicional como as pesquisas históricas em ciência são realizadas. A vantagem dessas abordagens é permitir a investigação de teorias que almejam algum grau de universalidade *a partir de hábitos ou convenções de pesquisa presentes em certo grupo de pesquisadores situados em certo contexto sócio-histórico*. Essa abordagem metodológica difere daquela recentemente discutida por Rodrik (2015) e bastante debatida por especialistas em metodologia da economia.¹⁰ Em Rodrik, a ciência econômica é compreendida como “coleção de modelos diversos” que visam resolver problemas econômicos específicos. A abordagem da epistemologia histórica não abandona esse aspecto da economia, mas propõe ainda investigar como “coleções de modelos” podem ser ou não acoplados ou modificados perante outras práticas discursivas e objetos que encontramos em contextos distintos. São esses acoplamentos e modificações que nos fornecerão a robustez dos modelos utilizados e seu escopo de aplicação (ou seu grau de universalidade).

Encontramos em Thomas Stapleford (2017) um amparo para aplicação da epistemologia histórica francesa ao discurso econômico, já que ele sugere que façamos a análise da produção do discurso econômico como análise de práticas sociais de conhecimento teórico e também prático, como sugere Silveira. Ao mostrar a relação entre epistemologia histórica e o estudo das práticas, Stapleford define e usa o termo práticas como um elemento que ajuda a ampliar o campo de análise e diferenciar a “epistemologia histórica” da “história do pensamento”. Ao tratar da aplicação das práticas nas ciências econômicas, Stapleford argumenta que aquilo que denomina “fazer economia”,¹¹ engloba uma coleção de comportamentos distintos que exibem

⁹ As práticas são (1) coleções de ações que estão (2) ligadas por teleologia (podem ser entendidas como elementos num processo orientado para fins ou objetivos) e (3) estão sujeitas a uma avaliação normativa (elas, ou o processo global do qual fazem parte, podem ser feitas bem ou de forma deficiente) e, conseqüentemente, exibem (pelo menos temporariamente) padrões ou tendências regulares. Além disso, esses três elementos têm papéis diferentes. As práticas são constituídas por relações de responsabilização que fornecem avaliações normativas. Essa normatividade implica reivindicações teleológicas e visões do que constitui sucesso relativo na prática. Finalmente, as práticas são decretadas através de ações corporativas, tipicamente envolvendo outras pessoas ou artefatos, coerente com as ontologias sociais propostas por Searle e Lawson.

¹⁰ Ver o número especial do *Journal of Economic Methodology* (v. 25, n. 3), de 2018, dedicado à discussão da proposta de Rodrik em *Economics Rules*.

¹¹ Os economistas tentam realizar certas coisas, e o que constitui uma realização válida está sujeito a uma avaliação normativa. No entanto, cada economista pode ter uma visão ligeiramente diferente dos objetivos da economia e das suas próprias normas. Os economistas marxistas, por exemplo, terão expectativas diferentes para a investigação econômica em relação aos economistas neoclássicos, e, portanto, as práticas e normas que compõem a economia serão diferentes para os marxistas e os neoclássicos. Apesar dos seus

padrões regulares em qualquer momento e lugar. Comparando com a proposta de Silveira, podemos identificar em economia *práticas de nível superior* – que estariam no campo mais abstrato da economia pura e alguns ramos da economia social – e *práticas de nível inferior* – aquelas associadas à arte da economia.

De acordo com essa abordagem, busca-se estudar os traços estruturais de um texto em todas as suas dimensões, além das intenções autorais. Ou seja, há uma busca pela compreensão da teia de práticas epistemológicas que estão atreladas ao texto ou às ideias, algo realçado na observação de Silveira (1999, p. 161) de que a Indeterminação de Senior nos permite aceitar a “multiplicidade de formas complementares do conhecimento científico e [...] as limitações de cada uma delas”. Dessa forma, paradoxalmente, a atenção aos detalhes estruturais de um texto, conceito ou teoria, conduz o historiador para uma rede mais ampla de práticas (Stapleford 2017).

A proposta staplefordiana de análise da economia como prática social pode ser metodologicamente embasada a partir da noção de *dispositivo*. Foucault (1977) define o dispositivo como uma rede de relações ou um conjunto heterogêneo de elementos linguísticos e não linguísticos (discursos, regulamentos, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas, soluções arquitetônicas). Ao mesmo tempo, essa rede está investida de relações de poder e inclui em si a *episteme*¹² presente em dada sociedade, tornando possível a produção, circulação e o consumo – ou seja, uma certa economia – de determinados conhecimentos e teorias. Assim, entramos em um campo em que relações de forças em mecanismos de saber-poder são essenciais para a compreensão de como ocorre certa economia do conhecimento.

Dessa forma, a proposta da epistemologia histórica pode ser útil para avançar o programa da Indeterminação de Senior, pois inclui a heterogeneidade do discurso econômico em sua investigação, e porque pode preencher as lacunas deixadas por Silveira – por exemplo, o problema da economia formando uma tecnocracia e o problema da formação do economista podem ser entendidos como problemas de como uma rede de saber-poder opera. É

objetivos divergentes, esses grupos estão unidos pelo seu empenho comum numa luta para definir o que significa ser um economista e gerar conhecimento econômico.

¹² Essa noção não tem o mesmo significado de saber ou conhecimento verdadeiro, mas é a existência de uma ordem anterior, dentro do espaço de saber, ou seja, “as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico”, ou seja, as condições de possibilidade de sua existência (Foucault, 1996; Vandresen, 2016). A *episteme* pode ser relacionada também ao *contexto sociocultural amplo* em que os discursos são produzidos (Pinto, 1999).

nesse ponto que a abordagem sugerida neste artigo vai além dos estudos já citados como os de Spengler, Mäki e Rodrik – embora todos reconheçam a inserção do discurso econômico em uma rede de poder, há pouca investigação sistemática de como essa rede influencia e condiciona a produção de saber econômico.

Em Foucault, por sua vez, é a imbricação entre saber e poder que faz emergir e sustenta o “real” – ou seja, que sustenta certa estrutura social ao mesmo tempo dinâmica e hierarquizada composta por práticas e rotinas de (re)produção do saber e do poder. Vista sob esse ângulo, o que Foucault denomina de “real” pode bem ser compatível com o que Lawson (2012) denomina “realidade social”.¹³ Ora, como a realidade social de cada agrupamento humano está limitada a certo contexto *C* (ver seção acima), ela envolve também uma produção de rotinas e práticas que buscarão separar o verdadeiro do falso (o conjunto dessas rotinas e práticas é chamado de “regime de veridicção” por Foucault). Se considerarmos que a produção científica é uma prática social situada, temos que esses regimes de veridicção nos darão diferentes critérios de aferição da verdade e falsidade das proposições. Estes, por sua vez, estarão associados a diferentes comunidades científicas. A coexistência e graus de interação entre essas diferentes comunidades nos dará uma medida do pluralismo presente em certo contexto *C*.

Como tal abordagem poderia atualizar o programa da Indeterminação de Senior? Além de entender a produção do discurso econômico como baseada em práticas de nível superior (teorias puras e aplicadas) e inferior (artes da economia), pode-se dizer que os “regimes de veridicção” nos permitem separar tipos distintos de verdade. Parfraseando McCloskey, “verdades com V maiúsculo” (associadas a práticas teóricas de nível superior) serão produzidas em certo contexto *C* com pretensão de aplicabilidade em outros contextos (seu grau de universalidade). Por sua vez, as verdades empíricas relativas a contextos específicos (associadas a práticas de nível inferior), deverão ser acopladas às “verdades com V maiúsculo” tanto para que sejam “atrativas e convincentes” quanto para manter e reproduzir certa estrutura de poder. Em outros termos, ao dividir o discurso econômico em diferentes níveis de universalidade, o programa da Indeterminação de Senior nos permite compreender

¹³ “The conception of social reality [...] turning on the category of collective practice, is of an emergent form of organization: it is a (normative) mode of organization of individuals that facilitates forms of coordinated interaction, (relative) stability and predictability that would be unavailable to each individual in the absence of any such organization.” (Lawson, 2012, p. 364).

como os regimes de veridicção produzem diferentes tipos de verdade e seu papel em uma dada rede de saber-poder.

3.2 A Teoria Ator-Rede como metodologia possível para a epistemologia histórica

Embora tenha estudado detalhada e historicamente rupturas tanto no campo do saber (como em *As palavras e as coisas* e *O nascimento da clínica*) quanto no do poder (em *Vigiar e punir*), Foucault não nos deixou um arcabouço teórico além da aplicação de seu método arqueogenealógico. Foucault gostaria que suas contribuições pudessem ser vistas como “caixa de ferramentas” – e elas assim têm sido usadas – mas não explicitou eventuais limites no uso dessas “ferramentas” em contextos sociais e históricos distintos da Europa Ocidental. Como estamos interessados justamente em saber o que poderia ocorrer com a “viagem” das teorias em diferentes contextos, precisamos identificar melhor como lidar com esses limites.

Desse modo, vamos aproximar a noção de dispositivo em Foucault das contribuições de Bruno Latour (1984) com sua Teoria do Ator-Rede (TAR), recorrendo à noção de rede ou dispositivo sociotécnico.¹⁴ Assim, podemos avançar na lacuna da análise teórica foucaultiana, na qual não há explicitação dos limites para o uso das “ferramentas” de conhecimento em contextos sociais e históricos específicos (limite que é dado pelo “vício ricardiano”).

Para Latour (1984), haveria uma espécie de integração, interdependência e inseparabilidade entre humanos e não humanos (atores-rede ou *actantes*) ou entre o social e a técnica: nas palavras de Latour, trata-se de uma rede ou híbrido sociotécnico. A análise dessa rede sociotécnica deve ser feita com “os mesmos métodos e estratégias que englobam corpos, materiais, técnicas, sentimentos, leis, organizações” (Callon; Latour, 1981, p. 284). A heterogeneidade presente na TAR é um elemento que se vincula à noção de práticas como compreendidas por Stapleford (2017), pois as práticas não são um conjunto homogêneo de atividades que existem num único plano de análise.

Na rede sociotécnica de Latour, busca-se saber o que é transportado entre os pontos, conhecer como são e de que maneira ocorrem deslocamen-

¹⁴ Rede composta de relações que formulam conhecimentos advindos da realidade, incorporando sempre novos componentes para o seu interior, através das negociações feitas, sendo capaz de crescer para todos os lados e direções. O único elemento constitutivo da rede é chamado de nó, já as malhas são os fios conectores dos nós que sustentam a produção da rede (Latour, 1990). Para Latour (1994), uma rede sociotécnica não está baseada na reunião de recursos e informações, mas principalmente na reunião de indivíduos, num coletivo híbrido.

tos, o que está circulando, apreciar o que está em causa, o que se está fabricando como identidade, a natureza do que se desloca. A relevância, então, é compreender como ideias expressas em textos circulam e são transportadas, ou seja, o que ocorre quando elas “ganham vida” além de sua fonte produtora (Fonseca, 2015, p.46). Além disso, é possível estudar também as “modificações” e “alterações” que ocorrem quando textos “viajam” de um contexto para outro (como veremos nas próximas subseções).

Assim, além da “fundação” das teorias formais e universalizáveis da teoria pura – que “ganham vida” ao circularem além de sua fonte produtora –, as ideias ou conceitos socioeconômicos, quando compreendidos a partir de uma rede sociotécnica ou daquilo que “circula em rede” (Callon, 2008), esclarecem um ponto importante do programa da Indeterminação de Senior: como podemos estudar o entrelaçamento “em graus variados” das proposições da economia pura com “todas as ciências sociais”, além das “especificidades de cada caso”. Ou seja, as redes sociotécnicas fornecem um arcabouço para que possamos estudar o entrelaçamento e hibridação entre os vários discursos que compõem as práticas discursivas que englobamos sob o nome de “ciências econômicas”.

Para Callon (2008), compreender como tais práticas circulam dentro de uma rede sociotécnica é outro aspecto que requer esclarecimentos. Dentro da TAR, segundo Callon (2008), é impossível compreender a ação humana e a constituição de coletivos sem levar em conta a materialidade, as tecnologias e os elementos não humanos, componentes relevantes na análise das práticas. Para compreender a ação humana, Callon (2008, p. 1) refere-se à noção de *tradução*, destacando que se trata de uma noção simples e essencial, “[...] pois me parece que não podemos descrever a ação, partindo de fontes de origem que são pontos, estruturas ou agentes, mas sim, através da circulação de um certo número de entidades que são mais importantes que os pontos ou às estruturas”. Na circulação, as relações são mais interessantes que os pontos relacionados; contudo, essas relações se referem antes aos próprios actantes que circulam do que ao sentido formal dos termos isolados da relação.

3.3 A viagem das ideias econômicas como tradução: alongamento dos conceitos e etapas da tradução

Compreender como as ideias econômicas “viajam” internacionalmente e como estas são adaptadas aos contextos específicos envolve, portanto, recorrer às contribuições da epistemologia histórica das práticas, além da noção

de redes sociotécnicas de Bruno Latour. É necessário, assim, a compreensão do conhecimento em rede, em trânsito ou movimento, como sugerem Latour (1984), Secord (2004) e Callon (1986; 2008). Desse modo, nosso interesse recai em uma história que busca condições, relações e instituições que possibilitaram a emergência, apropriação e disseminação de determinados tipos de conhecimento.

No que tange ao campo da economia, Fonseca (1996, p. 241) enfatiza que “os economistas lidam com uma matéria que se transforma constantemente”, ou seja, algo movediço. Para o autor, os problemas da economia são colocados como situações-problema de caráter histórico e mais ou menos transitório. Objetos socioeconômicos como a “pobreza” ou “inflação” não apenas dependem para sua existência de um conjunto de crenças coletivas como também de relações de poder que os sustentem. O nosso problema é saber como fazer o deslocamento de conjunto de crenças e estruturas de poder entre localidades centrais e periféricas. Aqui percebemos que a análise da “viagem” de um objeto socioeconômico não pode ser realizada apenas como a “viagem” ou difusão da teoria pura de um lugar para outro.

Partindo da compreensão de que as teorias e conceitos econômicos de épocas distintas lidam com um conjunto de problemas significativamente distintos, Fonseca (1996, p. 242) enfatiza que, “à medida que o conteúdo empírico dos problemas muda, assim também o fariam – com maior ou menor velocidade – o escopo da disciplina, as técnicas de análise e a ortodoxia teórica vigente”. Entendemos que essa “velocidade” e os “vários níveis” condicionam o que seria uma espécie de “nível ou taxa de difusão”¹⁵ das práticas discursivas entre diferentes contextos. Assim, poderíamos levantar a hipótese de que quanto mais idênticos os contextos *C* (ou, similarmente, o *background* sociocultural amplo), maior será essa “taxa de difusão” e a correspondência das ideias expressas em textos que “viajam” entre esses contextos. Nesse caso, há poucos problemas no uso da abordagem difusionista. Porém, quanto mais distintos forem os contextos *C* (ou menos similar o *background* sociocultural), menor será a velocidade de propagação e menor será a correspondência entre as ideias expressas no texto que “viaja”. Em outras palavras, *backgrounds* socioculturais distintos sinalizam representações coletivas partilhadas distintas sustentadas por redes de poder-saber distintas. É precisamente nesse caso que seria necessário recorrer ao aporte teórico-metodológico da

¹⁵ Definimos a “taxa de difusão” como sendo conjuntos de práticas discursivas transmitidas no tempo/nível de adesão entre grupos distintos pertencentes ou não a um mesmo contexto.

TAR, pois ele nos mostra como determinada teoria ou conceito sofre alterações, mutações e enxertos, ao ser deslocada de um contexto sócio-histórico para outro bastante distinto.

Tal é o caso da “viagem” no tempo do conceito “desenvolvimentismo”, estudado por Fonseca (2015). Devido às diferentes redes de saber-poder que sustentaram a Era Vargas (1930-1954) e a Era Lula (2003-2010), economistas depararam-se com casos novos ou com particularidades que exigem a incorporação de novos atributos ao “desenvolvimentismo”. Assim, se economistas julgarem tal termo teórico incapaz de apreender tal atributo, podem abandonar o conceito ou, se quiserem, mantê-lo ou tentar “alongá-lo”. Teríamos, então, aquilo que Fonseca denomina como alongamento ou adaptabilidade dos conceitos, inspirado nas contribuições de Sartori (1970). Ao levarmos em conta o pressuposto do “nível ou taxa de difusão” na disseminação de práticas científicas de contextos centrais para contextos mais periféricos, teríamos uma tendência de maior “alongamento” do conceito, diferente do que ocorreria se a disseminação fosse entre contextos similares.

O exemplo do conceito de “desenvolvimentismo” e a análise acima sugerem o quão duvidoso e insatisfatório é atribuir apenas a teorias puras com pretensões de universalidade a explicação dos fenômenos socioeconômicos. Ou seja, quando as teorias ou conceitos socioeconômicos “ganham vida”, quando ideias ou conceitos “viajam”, a “velocidade” e o “alongamento do conceito” nos contextos receptores precisam de uma abordagem que os *traduza* de fato entre diferentes contextos: nesses casos, eles *não são* apenas difundidos.

Na abordagem da tradução, o intuito é entender como ideias ou normas, sustentadas por diferentes redes de saber-poder são reinterpretadas, apropriadas, adaptadas ou editadas para se adequarem ao novo contexto, implicando uma transformação de seus elementos ideativos e materiais, em vez de uma simples transferência de estruturas imóveis (Latour, 1997; Callon, 2008; Stone, 2020). O interesse na abordagem da tradução se dá tanto pela possibilidade de trazer para o debate como se dá a passagem entre os diferentes níveis de universalidade do discurso econômico (proposto por Silveira) quanto para entender o tipo de modificação necessário nas ideias quando elas “viajam” em diferentes contextos.

Mais especificamente, para Callon (1986) o processo da tradução ocorre em quatro etapas: *problematização* (em que se trata de determinar os contornos do problema e identificar um conjunto de atores e tecnologias necessários

para tratá-lo através de pontos de passagem obrigatórios); *interessamento* (trata-se de um “teste de força” para fixar as identidades e os termos estabelecidas na problematização com os envolvidos no processo da tradução); *inscrição* (em que os atores travam batalhas, formam alianças, resistências e testam forças quanto ao processo de tradução até formar uma convivência estável ou um alinhamento de práticas, como menciona Stapleford); e *mobilização* (trata-se de mobilizar os porta-vozes dos vários atores que constituem o dispositivo pós-tradução). Dentro desse processo de quatro etapas, alguns atores (humanos ou não) emergem como “atores focais” que funcionam como tradutores ao longo de todo o processo de construção e fortalecimento de uma rede. Para facilitar tal tradução, existem “pacotes institucionais”¹⁶ (Guidi, 2011), que visam acionar no dispositivo (ou rede de saber-poder) da região-alvo uma forma de governamentalidade da região-fonte.

Gond e Boxenbaum (2013) oferecem um relato abrangente de três tipos de tradução, que podem ser combinados, dependendo do nível de diferença do *background cultural*, quais sejam: filtragem, reaproveitamento e acoplamento. A *filtragem* ocorre quando os atores eliminam ou minimizam características da prática importada que possam ser percebidas como ilegítimas ou pouco atraentes e podem bloquear sua adoção no novo contexto. *Reaproveitamento* se refere a uma mudança de significado ou aplicação para aumentar a utilidade ou aceitabilidade percebida de uma prática no novo contexto. Finalmente, ocorre o *acoplamento* quando os atores adicionam novo material (relacionado à prática, simbólico ou discursivo) à prática importada para facilitar sua aceitação local.

Vê-se, então, que a abordagem de tradução busca oferecer respostas ao entendimento de como as práticas e as ideias (como representações coletivas partilhadas) são transferidas *em conjunto com relações de poder* por trás de tais processos. Ela concebe ideias como “contas imateriais” que são transformadas durante a transferência. Há nesse traslado ou “trânsito” das ideias – contexto de origem (descontextualização) e destino das ideias (contextualização ou processo de tradução) relações de poder envolvendo uma multiplicidade de interpretações que a ideia dispara em cada ator dentro de uma rede (Latour, 1987; Røvik, 2016).

¹⁶ Sistema coerente de dispositivos ou arranjos institucionais discursivos que obtiveram sucesso em determinado contexto, promovendo certa governamentalidade – conceito utilizado por Foucault, pode ser compreendido como governo das condutas, que reúne um conjunto de técnicas de dominação e técnicas de si, no qual a relação saber-poder é indissociável – sendo estes importados por indivíduos ou grupos de outros contextos, a fim de produzir uma mesma forma de governamentalidade (Guidi, 2011).

Com isso, entender a abordagem da tradução envolve compreender a rede sociotécnica ou a mobilização de atores e *actantes* (incluindo pessoas, objetos, conceitos, inovações e ideias) que estão sempre mudando em relação aos outros atores e *actantes* que aparecem em sua rede. Uma das características fundamentais na tradução é a de que os atores da rede são “membros ativos” que moldam e transformam reivindicações, artefatos, discursos e interpretações de acordo com seus diferentes projetos (Latour, 2012).

Nas palavras de Guidi (2011), a tradução das ideias econômicas permite estudar a circulação e a adaptação das ideias e textos econômicos a novos contextos intelectuais e sociais, além de investigar como a criação de novas ideias se espalham em alguns outros países e às vezes retornam ao ponto de partida sob novas formas. O termo “enxerto” é usado por Cornel Ban (2018) para associar o processo de tradução de novas ideias econômicas com ideias preexistentes (que é outra forma de caracterizar o processo de “acoplamento” ou “hibridização” de Gond e Boxenbaum (2013)).

Para Ban (2018), a compreensão de como o elemento original é alterado (ou seja, o hibridismo causado a determinado objeto durante a “viagem”) é o foco da abordagem da tradução: quando a ideia “viaja”, ela se transforma, ela não é efetuada de forma neutra e será adaptada às condições sociais e políticas dos tradutores, políticos e estudiosos em determinado tempo e lugar. De fato, o que estamos analisando, como já mencionado em Stapleford (2017), é a tradução não de pensamentos ou ideias, mas de *práticas econômicas que expressam representações coletivas compartilhadas sustentadas por redes de saber-poder*. Ao estudar tais práticas, buscamos entender por que mecanismos elas se entrelaçam em redes que possibilitam uma estrutura tricotômica de um discurso econômico que é situado local e temporalmente.

Quando textos científicos são traduzidos, a “problematização”, o “interessamento”, a “inscrição” e “mobilização” são fundamentais, pois eles devem ser vistos como instrumentos que estão presentes na “viagem do conhecimento”, que ganha ainda mais significância quando é feita entre comunidades de conhecimento muito distintas (como costumam ser as dos países centrais e periféricos). Além disso, quando a ideia sai de um lugar para o outro, a apropriação ou recepção se dá de modo ativo e está ligada às estratégias e aos planos daqueles que estão engajados no processo de importação e assimilação de ideias. Os mecanismos de apropriação e recepção também nos obrigam a analisar as condições institucionais que viabilizam o processo de legitimação da mensagem ou do objeto apropriados, bem como a superação de constran-

gimentos e resistências que possam ter sofrido antes de serem aceitos (Cardoso, 2017).

Dessa forma, para Guidi (2017), a tradução de trabalhos originais de economia publicados em outro país está longe de ser um exercício puramente intelectual: ela é o produto de indivíduos e círculos intelectuais que desempenham papéis essenciais nas instituições, nas atividades econômicas e políticas. Na mesma linha de compreensão de Guidi, podemos citar o estudo de caso realizado por Cornel Ban (2013): ao tratar da política econômica brasileira nos anos Lula (2003–2010), Ban nos informa que o regime de políticas socioeconômicas implantadas naquele período não é uma réplica do Consenso de Washington nem um total afastamento dele. A evidência apontada por Ban é que o regime lulista seria um *híbrido* composto de objetivos políticos e econômicos liberais, instrumentos presentes no Consenso de Washington, além de instrumentos atribuídos à tradição desenvolvimentista, cunhando, assim, o termo *neodesenvolvimentismo liberal brasileiro*.

3.4 Instituições, poder e retórica no processo de tradução das ideias econômicas

Ao empreendermos uma análise via abordagem da tradução na economia, buscamos a relevância dos diferentes processos de adaptação na propagação das ideias econômicas (que estamos considerando como práticas de circulação de ideias expressas em textos). A compreensão de que a ciência é moldada localmente implica que seus impactos e domínios de aplicação são limitados. Isso, segundo Cardoso (2017), significa que a criação do conhecimento está incorporada nos fluxos da vida prática e ocorre em arranjos espaciais onde se dão as interações. Consideraremos, assim, que a abordagem da tradução das ideias econômicas expande os componentes relevantes na sua análise ao abarcar elementos importantes que são, de certa forma, negligenciados na abordagem da difusão internacional das ideias econômicas.

A relevância do papel das instituições é um primeiro elemento a ser considerado no processo da tradução. Em oposição aos modelos difusionistas do institucionalismo estadunidense, o institucionalismo escandinavo enfatiza que as ideias se movem pelos diversos níveis sociais, sendo transformadas em objetos ou práticas (Waeraas; Nielsen, 2016). Para Cardoso (2017), a ciência é moldada localmente e seu impacto e domínio de aplicação também têm uma dimensão local. Isso também implica que a criação de conhecimento é embutida de fluxos da vida prática e ocorre nas interações dos arranjos es-

paciais. Temos, então, a mudança institucional atuando como um processo ativo, verificando as ações e mecanismos que regem o processo (Wust, 2017).

No que tange às relações de poder, Block e Somers (2014) argumentam que algumas ideias são mais bem difundidas em determinados contextos do que em outros. Isso ocorre por elas terem “privilégios epistêmicos”,¹⁷ pelo fato de serem mais bem enquadradas no seio de ideias pré-existentes ou ainda por serem defendidas por atores que funcionam como “pontos de passagem obrigatório” do discurso científico (podendo, assim, apresentar um alto “nível ou taxa difusão”). Para Ban (2018), isso se dá pelo fato de as ideias econômicas serem elaboradas, negociadas e reproduzidas crescentemente em redes transnacionais, cuja dinâmica interna é mais apropriadamente vista como uma mistura de relações de poder verticais (hegemônicas do tipo centro-periferia) e dinâmicas verticais (grupo de pares em que há um centro produtor e outro receptor de ideias). Assim, as relações de poder emergem como uma peça importante para a análise da tradução, pois, dependendo das diferentes estruturas de poder presentes nos contextos distintos, ao “viajarem” as ideias econômicas podem ser modificadas em menor ou maior grau.

A proposta empreendida por Archela (2016) sobre a análise formal das relações de poder na economia, denominada Economia Política do Poder (EPP), também inspirada nas contribuições de Foucault, ajuda a entender a importância da verticalidade das relações de saber-poder nos dispositivos em que circulam ideias econômicas. A análise da EPP combina elementos multidisciplinares ao recorrer a uma abordagem genealógica¹⁸ e institucional. Ao propor uma análise da história como genealogia, Archela (2016) se aproxima da noção de práticas epistemológicas, pois compreende que a história da economia não é algo estável e linear, mas, sim, busca entender o caráter descontínuo, transitório e provisório das ideias econômicas em uma rede socio-técnica.

Ao buscar inserir e analisar formalmente o poder dentro do campo da economia, Archela (2016) afirma que as relações de poder são relevantes para entender como as ideias são apropriadas por instituições sociais e políticas, perpassando, assim, as quatro etapas do processo de tradução que citamos anteriormente (Callon, 1986). Archela nos mostra a necessidade de explorar

¹⁷ Certas ideias possuem privilégios epistêmicos se estão situadas em meios ou quadros institucionais (ou em um “regime de verificação”) que possibilitam acesso privilegiado ao estatuto de verdade (Somers; Block, 2014).

¹⁸ Busca entender o porquê da existência e transformação dos saberes, situando-os em um jogo de relações de poder ou incluindo-os em um discurso político (Machado, 2007).

o papel das relações de poder dentro de redes sociotécnicas transnacionais de circulação do discurso econômico, pois esse estudo ajuda a esclarecer como e sob que condições determinadas ideias são apreendidas, apropriadas e moldadas em contextos distintos.

Assim, devemos compreender as seguintes questões no processo de tradução: i) as redes têm características ou arquiteturas diferentes (algumas são mais planas, outras são mais hierárquicas ou porosas); ii) as redes têm diferentes tipos de atores; iii) as redes podem ser formadas e evoluir em contraste e em conflito com outras redes. Com isso, precisamos estar cientes das dinâmicas diferentes que compõem as redes para entendermos os processos de criação, transmissão e recepção das ideias econômicas. Quanto menos perturbações, ruídos, e mais “plana” (não hierárquica) a rede, maior a capacidade de uma ideia ser difundida; porém, quanto mais perturbações, mais porosa a rede e a ideia serão “traduzidas” em um nível maior ou menor.

Além do poder, outro ponto de destaque no processo de tradução é a retórica. Destacamos esse elemento na abordagem da tradução, pois, segundo Latour (2000), quanto mais nos direcionamos do homem comum para o da ciência e dos políticos para os especialistas, teremos controvérsias e mais controvérsias, com o ruído sempre aumentando. Assim, quando passamos das especificidades locais para as teorias gerais, as controvérsias são inevitáveis. Para a resolução dessas controvérsias (ou seja, para acharmos “as maneiras de ganhar um júri”), é necessário a utilização do instrumento da retórica. Segundo o autor, a retórica seria o instrumento responsável por estudar como as pessoas são levadas a acreditar em algo e a se comportar de determinada forma. A retórica torna-se relevante quando os debates se exacerbam a ponto de se tornarem, além de científicos e técnicos, também políticos (Latour, 2012; Pires; Fernández 2020).

Nesse sentido, a retórica emerge como um instrumento da abordagem da tradução, pois opera dentro da rede como conectora entre a ciência (pura), a técnica (ciência aplicada) e a política (arte da economia). Vista dessa perspectiva, o lado “advocático” da economia não se restringe à arte da economia, como sugere Silveira (1999), mas liga e dá coerência à tricotomia constitutiva do discurso econômico. Ou seja, a retórica clarifica o modo como se integram as três áreas, mostrando de que forma redes de poder condicionam a elaboração de modelos próprios da economia pura a se integrar a outras ciências, de modo que a partir desse entrelaçamento surjam propostas de resolução de problemas socioeconômicos específicos.

A abordagem da tradução se propõe a resolver um problema metodológico nos estudos de difusão, qual seja, o pressuposto de que a “viagem” de uma teoria supostamente universal para contextos específicos só pode enfrentar ou problemas no canal de transmissão da mensagem, ou de ruídos ou ainda de erros de codificação e decodificação da mensagem. Neste artigo, sugerimos que, especificamente no caso da economia, tal modelo linear de comunicação é limitado, haja vista que não há passagem direta entre a economia pura e a arte da economia sem “vício ricardiano” e “indeterminação de Senior”. A abordagem da tradução mostra como a passagem da economia pura à arte da economia é fundamentalmente complexa, pois os “alongamentos conceituais”, a “intensidade dos ruídos na disseminação das ideias”, a “hibridação” e os “*patchworks*” teóricos que se desdobram dentro dos diferentes países ou contextos são fundamentais para explicar a “traducibilidade” das ideias econômicas e o descompasso entre a passagem da “fundação” teórica e a “carga pesada de conclusões práticas” que a teoria idealmente deveria suportar.

4. Notas conclusivas

O artigo se propôs a fazer uma atualização do programa de pesquisa da Indeterminação de Senior pela via da epistemologia histórica e da Teoria Ator-Rede (TAR). Essa proposta de atualização visa dar conta de um problema metodológico que envolve a “viagem” das ideias econômicas entre contextos distintos: dado que, segundo a proposta de Silveira (1999), o discurso econômico é tricotômico e envolve mais do que a economia pura, um modelo de “viagem” que comporte apenas a difusão linear de teorias de um polo produtor para outro receptor é limitado. Essa limitação se dá pelo grau de dissimilaridade das redes de saber-poder que possibilitam certa economia do discurso em contextos distintos. Além dessa limitação, tal modelo de difusão corre o risco de incorrer no “vício ricardiano” (por supor que uma teoria pura pode ser facilmente aplicada a contextos distintos de onde foi produzida) e na “Indeterminação de Senior” (ao supor que os resultados da teoria pura *devem ser* aplicados a contextos distintos sem considerar a heterogeneidade dos contextos e do discurso econômico).

Desse modo, pelo exposto no texto, a análise da disseminação das ideias econômicas estaria mais bem alicerçada na abordagem da tradução – ao menos quando os contextos socioculturais em que elas circulam são substancialmente distintos – pelos seguintes motivos: 1) ela pressupõe como ponto inicial de

análise a compreensão da existência de uma rede complexa ou dispositivo de atores ativos – humanos e não humanos; 2) a tradução é um processo que não é linear e isomórfico; pelo contrário, é dinâmico e heterogêneo; 3) a tradução pressupõe que os atores participam na elaboração, criação, testes, reprodução, modificação das ideias econômicas, ou seja, promovem mutações e hibridizações nas ideias; 4) a tradução confere à análise da retórica e às relações de poder no campo da economia o papel de instrumentos relevantes para explicar a complexidade das regras presentes no processo de tradução das ideias econômicas.

Como ainda não achamos na literatura econômica em língua portuguesa uma crítica metodológica à abordagem da difusão das ideias na economia, decidimos, neste trabalho, apresentar essa crítica e fazer apenas um sobrevoo pela abordagem da tradução das ideias, sem ainda verificar empiricamente como elas podem resolver problemas específicos de “viagem” de certos conceitos econômicos. Deixamos para os próximos trabalhos tal aplicação prática.

Referências

ALMEIDA, F.; ANGELI, E.; PONTES, R. An institutional explanation for economists' theoretical and methodological choices. *Review of Political Economy*. v. 29, n. 1, p. 80-92, 2017.

ANGRIST, J.; AZOULAY, P.; ELLISON, G. HILL, R.; FENG LU, S. Economic research evolves: fields and styles. *American Economic Review*. v. 107, n. 5, p. 293-97, 2017.

ARCHELA, D. C. G. Keynes, keynesian economics and the political economy of power of the postwar world. Paraná: UFPR, 2016. (Tese de Doutorado em Políticas Públicas da UFPR).

BACKHOUSE, R. E; CHERRIER, B. The age of the applied economist: the transformation of economics since the 1970s. *History of Political Economy*. v. 49, p. 1-33, 2017.

BAN, C. Brazil's liberal neo-developmentalism: new paradigm or edited orthodoxy? *Review of International Political Economy*. v. 20, n. 2, p. 298-331, 2013.

BAN, C. Translation and economic ideas. In: EVANS, J.; FERNANDEZ, F. (Org.). *The Routledge handbook of translation and politics*. Abingdon: Routledge p. 48-63, 2018. (Routledge Handbooks in Translation and Interpreting Studies)

BLOCK, F.; SOMERS, M. R. *The power of market fundamentalism: Karl Polanyi's critique*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.

BOIANOVSKY, M. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. *Journal of Economic Methodology*, v. 22, n. 4, p. 413-438, 2015.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay. In: LAW, J. (Org.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge & Kegan Paul, p. 196-233, 1986.

CALLON, M. Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*, n. 19, p. 302-321, 2008.

CALLON, M.; LATOUR, B. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. In: CETINA, K. K.; CICOUREL, A.V. *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro and macro-sociologies*. Boston: Routledge & Kegan Paul, p. 1-47, 1981.

CARDOSO, J. L. Reflexões periféricas sobre a difusão internacional do pensamento econômico. *Nova Economia*, v. 19, n. 2, p. 251-265, 2009.

CARDOSO, J. L. Circulating economic ideas: adaptation, appropriation, translation. In: CUNHA, A. M.; SUPRYNIAK, C. E. (Org.). *The political economy of Latin American independence*. New York: Routledge, p. 27-35, 2017.

COATS, A. W.; COLANDER, D. C. An introduction to the spread of economic ideas. In: COLANDER, D. C.; COATS, A. W. *The spread of economic ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-22, 1989.

COSTA, A. O Banco de Portugal e a disseminação das ideias econômicas. In: NEVES, V.; REIS, J. (Org.). *A ciência económica em Portugal: uma história recente*. Portugal: Grupo Almedina, p. 99-138, 2019.

CRUZ E SILVA, V. Economia keynesiana ou a economia de keynes? Notas sobre a transmissão do ideário de Keynes no Brasil através do livro *Princípios de Economia Monetária* de Eugênio Gudín. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

DAVID, A. The new professional econocracy and the maintenance of elite power. *Political Studies*, v. 65, n. 3, p. 594-610, 2017.

DEANE, P. The measurement of colonial national incomes: an experiment. *The Economic Journal*, v. 58, n. 236, p. 593-595, 1949.

DEQUECH, D. Institutions in the economy and some institutions of mainstream economics: from the late 1970s to the 2008 financial and economic crisis. *Journal of Post Keynesian Economic*, v. 41, n. 3, p. 478-506, 2018.

DESROSIÈRES, A. *The politics of large numbers: a history of statistical reasoning*. Cambridge: University Press, 1998.

DUARTE, P. G.; GIRAUD, Y. Economics and engineering: institutions, practices, and cultures. *History of Political Economic*, v. 52, n. 6, p. 1-29, 2020.

EARLE, J.; MORAN, C.; WARD-PERKINS, Z. *The econocracy: on the perils of leaving economics to the experts*. United Kingdom: Manchester Political Studies, 2016.

FONSECA, E. D. Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico. *Estudos Econômicos*, v. 6. n. 2, p. 235-239, 1996.

FONSECA, P. C. D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Textos para discussão, 2103)

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOURCADE, M. The construction of a global profession: the transnationalization of economics. *American Journal of Sociology*, v. 112, n. 1, p. 145-194, 2006.

GOND, J.-P.; BOXENBAUM, E. The glocalization of responsible investment: contextualization work in France and Québec. *Journal of Business Ethics*, v. 113, n. 4, p. 707-721, 2013.

GUIDI, M. E. L. Translation and the circulation of economic ideas across nations. In: CARDOSO, J. L.; KURZ, H. D.; STEINER, P. (Org.). *Economic Analyses in Historical Perspective*. London: Routledge, p. 144-154, 2011.

LATOUR, B. The powers of association. *The Sociological Review*, v. 32, p. 264-280, 1984.

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012; São Paulo: Edusc, 2012.

LAW, J. Notes on the theory of the actor-network: ordering, strategy and heterogeneity. *Systems Practices*, v. 5, n. 4, p. 379-393, 1992.

LAWSON, T. *Economics and reality*. London: Routledge, 1997.

LAWSON, T. Ontology and the study of social reality: emergence, organisation, community, power, social relations, corporations, artefacts and money. *Cambridge Journal of Economics*, v. 36, p. 345-385, 2012.

MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MÄKI, U. Economic thought on the outskirts: toward a historiographical framework for studying intellectual peripheries. *Research in the history of economic thought and methodology*, v. 14, p. 307-323, 1996.

MCCLOSKEY, D. N. *The rhetoric of economics*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1998.

PINTO, A. V. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1961.

PIRES, M. S. S.; FERNÁNDEZ, R. G. Dando nome ao elefante: a retórica da economia de Deirdre N. McCloskey sob a ótica de Bruno Latour. *Anais ANPEC*, 2020.

PREBISH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia.*, v. 2. n. 3. p. 47-101, 1949.

RAMOS, A. G. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Saga, 1960.

RANGEL, I. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

RODRIK, D. *Economics rules: the rights and wrongs of dismal science*. New York: W.W. Norton & Company, 2015.

RØVIK, K. A. Knowledge transfer as translation: review and elements of an instrumental theory. *International Journal of Management Reviews*, v. 18, p. 290-310, 2016.

SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. New York: Routledge, 1954.

SEARLE, J. *The construction of social reality*. New York: Free, 1995.

SEARLE, J. *Mind, language, society: philosophy in the real world*. New York: Basic Books, 1998.

SEARLE, J. *Making the social world: the structure of human civilization*. New York: Oxford University Press, 2010.

SECORD, J. A. Knowledge in transit. *The History of Science Society*, v. 95, n. 4, p. 654-672, 2004.

SELF, P. *Econocrats and the policy process: the politics and philosophy of cost-benefice analysis*. Boulder: Westview Press, 1975.

SHANNON, Claude Elwood. A mathematical theory of communication. *The Bell System Technical Journal*, v. 27, n. 3, p. 379-423, 1948.

SILVEIRA, A. M. *Estudos sobre a Indeterminação de Senior, v. I: ensaios econômicos da Escola Brasileira de Economia e Finanças – EPGE*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993a.

SILVEIRA, A. M. Wagner e Schmoller sob a luz da indeterminação de Senior. *Estudos Econômicos*, v. 23, n. 2, p. 320-347, 1993b.

SILVEIRA, A. M. *Estudos sobre a Indeterminação de Senior, v. II: ensaios econômicos da Escola Brasileira de Economia e Finanças – EPGE*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SILVEIRA, A. M. Por uma ciência econômica filosoficamente informada: a indeterminação de Senior. In: SILVEIRA, A. M. (Org.) *Ensaio Econômicos da Escola Brasileira de Economia e Finanças – EPGE*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 1-25, 1995.

SILVEIRA, A. M. A indeterminação de Senior: perspectivas e realizações de um programa de pesquisa. *Economia*, n. 23, p. 159-183, UFPR, 1999.

SPENGLER, J. J. Notes on the international transmission of economic ideas. *History of Political Economy*, v. 2, n. 1, p. 133-151, 1970.

STAPLEFORD, T. A. Historical epistemology and the history of economics: views through the lens of practice. *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, v. 35, p. 113-145, 2017.

STIGLER, G. Nobel lecture: the process and progress of economics. *Journal of Political Economy*, v. 91, n. 4, p. 529-545, 1983.

STONE, D.; OLIVEIRA, O. P.; PAL, L. A. Transnational policy transfer: the circulation of ideas, power and development models. *Policy and Society*, v. 39, n. 1, p. 1-18, 2020.

WAERAAS, A.; NIELSEN, J. A. Translation theory “translated”: three perspectives on translation in organizational research. *International Journal of Management Reviews*, v. 18, n. 3, p. 236-270, 2016.

WUST, L. Translating institutional change: towards a processual framework for rule-based Translation. XX SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA/FEA/USP, 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2017.